



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 481 - 19/10 a 23/10/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Se eleito, Flávio Bolsonaro teria que superar obstáculos constitucionais para rever o fim da escala 6x1](#)

Jota - 21/10/2026

Embora o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tenha sinalizado a interlocutores do empresariado que irá rever o fim da escala 6x1 em um eventual governo bolsonarista caso seja eleito, o processo para revisão de regras aprovadas pelo Legislativo não é tão simples como parece, nem como tem deixado entender o candidato.

Com a aprovação e promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que põe fim ao regime de escala de trabalho no modelo 6x1 e reduz o teto semanal de horas de 44 para 40 horas, aliados do senador já discutem alternativas para flexibilizar a jornada e as regras trabalhistas e para reduzir os custos das empresas.

Além da possibilidade da desoneração da folha de pagamento em alguns setores produtivos, integrantes do Partido Liberal (PL) defendem maior espaço para negociações individuais e remuneração por horas trabalhadas, um projeto que inclusive se reproduz no plano de governo de Flávio Bolsonaro. Contudo, a proposição das alterações se esbarram em um obstáculo maior: a Constituição Federal, promulgada em 1988.

Constitucionalistas ouvidos pelo JOTA ressaltam que, caso consiga alçar a cadeira do Planalto, o senador Flávio Bolsonaro terá que apresentar ao Congresso Nacional uma nova PEC para alterar as regras que flexibilizam a jornada de trabalho, observando os princípios constitucionais que regem a Carta Magna.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Inscrições para audiência que vai debater combate ao racismo nas relações de trabalho vão até 27 de outubro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/10/2026

Como promover ações afirmativas e combater o racismo nas relações de trabalho? Esta será uma das questões que a sociedade poderá responder em audiência que será realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST), no dia 3 de novembro, das 9h30 às 12h30. No evento, serão colhidas contribuições sobre formas de implementar, nas relações de trabalho, a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

[Rede de supermercados é condenada por irregularidades no trabalho de aprendizes](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/10/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve condenação de duas empresas responsáveis pelos Supermercados Comper em Cuiabá (MT) e Várzea Grande (MT) por submeter menores de 18 anos a ambientes insalubres, trabalho noturno, jornada acima da permitida em lei, entre outras irregularidades. Além de corrigir as irregularidades, elas terão de pagar R\$ 3 milhões de indenização por danos morais coletivos.

[Trabalhador rural exposto a calor excessivo receberá horas extras por pausas não concedidas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/10/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a pagar horas extras a um assistente que ficava exposto a uma temperatura de 30,6° e não fazia intervalos para recuperação térmica previstos nas normas de segurança do trabalho. Para o colegiado, o pagamento é devido mesmo quando o empregado já recebe adicional de insalubridade, pois as duas verbas têm finalidades diferentes.

RADAR TRABALHISTA

[TST aumenta indenização para gestante que teve de vomitar em lata de lixo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/10/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 5 mil para R\$ 30 mil o valor da indenização que a Telefônica do Brasil e a Vikstar Contact Center, de São Paulo (SP), terão de pagar a uma operadora de telemarketing. Grávida e com náuseas, ela era obrigada a vomitar em uma lata de lixo para que os atendimentos não fossem interrompidos.

[Empresa não pode pagar advogado para representar trabalhador em acordo de rescisão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/10/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que a Viação Sudoeste Transportes e Turismo Ltda., de Francisco Beltrão (PR), deixe de pagar o advogado de seus empregados no momento de fazer acordo para encerrar o contrato de trabalho. A decisão atende a pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT), que sustenta que os acordos geram prejuízo aos direitos dos empregados.

[Indústria farmacêutica pode fracionar intervalo em períodos de 45 e 15 minutos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/10/2026

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda. (Johnson & Johnson) de pagar horas extras a um auxiliar por suposta irregularidade no intervalo para descanso e alimentação (intrajornada). Para o colegiado, é válida a norma coletiva que permitia que o intervalo de uma hora fosse dividido em dois períodos, de 45 minutos e 15 minutos.

[Campanha “No Meu Voto Mando Eu” mobiliza Justiça do Trabalho pelo Brasil durante período eleitoral](#)



RADAR TRABALHISTA

Tribunal Superior do Trabalho - 19/10/2026

A [campanha nacional No Meu Voto Mando Eu](#) continua mobilizando a Justiça do Trabalho e instituições parceiras em ações de prevenção e combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho. Lançada em agosto, a iniciativa reuniu atividades de conscientização, atendimento a denúncias e medidas judiciais para impedir que pressões profissionais interfiram na liberdade de escolha dos eleitores, prática vedada pela legislação brasileira.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[MTE publica orientações sobre diabetes tipo 1 e síndrome de Tourette para aplicação da Lei de Cotas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/10/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), publicou as Orientações Técnicas SIT nº 24/2026 e nº 25/2026, que estabelecem critérios para a análise do enquadramento de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e síndrome de Tourette na reserva legal de vagas para pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da Previdência Social, prevista no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991.

[Voto no segundo turno também vale como Prova de Vida no INSS](#)

Ministério da Previdência Social - 20/10/2026

Os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que comparecerem às urnas no segundo turno das Eleições 2026, em 25 de outubro, podem ter a Prova de Vida atualizada automaticamente. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) compartilha os dados de comparecimento com o INSS, que utiliza essas informações para a comprovação de vida de aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

[NTEP, nexos acidentários, MPT e Previdência Social são tema de curso](#)

Fundacentro - 22/10/2026

Estão abertas as inscrições para a Temática 4: Nexos Acidentários e NTEP, Previdência Social e o Ministério Público do Trabalho, do Curso Básico de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). As aulas acontecem de 10 a 12 de novembro, das 14h às 18h, no formato presencial na Fundacentro, em São Paulo/SP, e na modalidade on-line pela plataforma

RADAR TRABALHISTA

Moodle. Para participar presencialmente, é preciso se inscrever pelo [formulário](#) até as 9h de 10 de novembro. O certificado será emitido para aqueles que tiverem presença mínima de 60% (sessenta por cento) mediante assinatura das listas de presença.

[Fundacentro promove evento sobre proteção da saúde dos trabalhadores frente ao benzeno e agentes cancerígenos](#)

Fundacentro - 22/10/2026

A Fundacentro realizará, no dia 23 de novembro de 2026, o evento “Proteção da Saúde do Trabalhador frente ao benzeno e cancerígenos”, no Centro Técnico Nacional (CTN), em São Paulo. A atividade acontecerá das 8h30 às 15h30, com participação presencial e transmissão on-line. O encontro reunirá especialistas, pesquisadores, profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e representantes de entidades sindicais para discutir os impactos da exposição a agentes cancerígenos e a importância das medidas de prevenção e proteção à saúde dos trabalhadores.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT PA-AP tem aumento de quase 20% nas denúncias de assédio eleitoral em comparação às últimas eleições gerais de 2022](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/10/2026

Até esta sexta-feira (23), antevéspera do 2º turno das eleições, o número de denúncias de assédio eleitoral registrado pelo Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP) já é maior do que o total contabilizado durante o ano de 2022, quando ocorreram as últimas Eleições Gerais, em que são escolhidos representantes para os poderes legislativo e executivo a níveis estadual e federal. O aumento em relação a 2022 é de 19,3%. Em 2026, foram recebidas 74 denúncias pelo órgão, sendo 62 no Pará e 12 no Amapá. Já em 2022, foram 62 denúncias recebidas, 60 no Pará e 2 no Amapá.

[Denúncias sobre assédio eleitoral chegam a 1773 nesta sexta \(23\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/10/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 1773 denúncias de assédio eleitoral no país em 2026. Somente entre o primeiro e o segundo turnos, a instituição registrou 782 queixas até as 17h desta sexta-feira (23/10). O estado de São Paulo acumula o maior número de reclamações (317), seguido por Minas Gerais (200) e Rio de Janeiro (142). Em 2026, foram firmados 51 termos de ajuste de conduta e ajuizadas 39 ações civis públicas. Destas ações, o MPT obteve 29 decisões liminares favoráveis e aguarda a decisão em 7 delas, até as 17h desta sexta (23/10).

[Frigorífico é condenado por descumprir cota legal de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/10/2026

RADAR TRABALHISTA

A Justiça do Trabalho de Araraquara condenou uma das maiores empresas do setor de processamento de carne bovina do país, a Minerva S.A., ao cumprimento da cota mínima obrigatória de contratação de jovens aprendizes e ao pagamento de R\$ 250 mil a título de indenização por danos morais coletivos, revertida ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD). A decisão atende parcialmente a pedido formulado em ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), após um inquérito constatar conduta reiterada de supressão de postos e descumprimento de normas de proteção à juventude.

[Denúncias de assédio eleitoral ao MPT-MS disparam 136% na reta final da eleição](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/10/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) registrou um aumento expressivo nas denúncias de assédio eleitoral na reta final das eleições de 2026. Até hoje, 22 de outubro, foram contabilizadas 29 denúncias no estado, contra 11 registradas até o primeiro turno, realizado em 4 de outubro. O crescimento é de 136,4% no período, evidenciando a intensificação dos relatos após a primeira etapa da votação.

[Revista Labor destaca inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/10/2026

A 15ª edição da Revista Labor, publicação produzida pela Secretaria de Comunicação Social do Ministério Público do Trabalho (MPT), já está disponível e traz como reportagem de capa os desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A revista apresenta entrevista com o mestre em Gestão de Projetos e Análise de Dados Júlio Diógenes, que compartilha suas experiências como pessoa com TDAH.

[Nota técnica reafirma liberdade sindical como essencial à democracia](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/10/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) emitiu, na quarta-feira (21/10), a Nota Técnica PGT/MPT N° 6/2026, que reafirma que a liberdade sindical constitui elemento estrutu-

RADAR TRABALHISTA

rante do Estado Democrático de Direito e pressuposto indispensável à participação de trabalhadores na vida política e social do país. O documento foi anunciado na 43ª Reunião Nacional Ordinária da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social do Ministério Público do Trabalho (Conalis/MPT), realizada por videoconferência nos dias 20 e 21 de outubro com participação de integrantes da Conalis de todas as unidades do MPT.

[Empresas podem cadastrar vagas para pessoas com deficiência e reabilitados pelo INSS no Reconecta 2026](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/10/2026

Empresas interessadas em promover a inclusão de pessoas com deficiência e de trabalhadores reabilitados pelo INSS já podem cadastrar vagas de emprego para divulgação no site do Reconecta 2026. O evento será realizado na modalidade virtual nos dias 3 e 4 de dezembro e tem como objetivo estimular a inclusão no mercado de trabalho dessa população em todo o país. O formulário de divulgação de vagas deve ser preenchido até o dia 30 de novembro. Clique [aqui](#) para fazer a inscrição.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[O fim da escala 6x1 e seus impactos nos contratos administrativos](#)

Consultor Jurídico - 24/10/2026

Em seu artigo 9º, a emenda à Constituição estabelece que no caso dos contratos administrativos em sentido amplo (“contratos regidos pela legislação de licitações e contratos administrativos, de concessões e permissões de serviços e obras públicas, de parcerias público-privadas e de outros instrumentos de colaboração com a iniciativa privada”) as disposições relativas à redução da duração do trabalho normal serão aplicadas somente após aditamento contratual e tendo por objetivo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme o regime jurídico aplicável, “a ser formalizado no prazo máximo de 1 (um) ano” contado da sua publicação.

[Recontratação de empregado hipersuficiente como PJ configura fraude](#)

Consultor Jurídico - 24/10/2026

A dispensa do empregado hipersuficiente — aquele que tem diploma de ensino superior e ganha mais do que o dobro do Regime Geral da Previdência Social — seguida de sua recontratação para prestar os mesmos serviços e exercer a mesma função como pessoa jurídica configura fraude à legislação trabalhista, mesmo considerando o maior poder de negociação desse tipo de trabalhador.

[Emenda Constitucional nº 141: da redução da jornada e da dobra do descanso](#)

Consultor Jurídico - 23/10/2026

A emenda estabelece implantação escalonada. Decorridos 60 dias da publicação, a duração do trabalho semanal não poderá ser superior a 42 horas, assegurados dois dias de repouso semanal remunerado. Doze meses depois, isto é, 14 meses após a publicação, o

RADAR TRABALHISTA

limite passa a ser de oito horas diárias e 40 horas semanais. Mantém-se, assim, a orientação da Constituição de 1988, que adota dois parâmetros de duração do trabalho: diário e semanal.

[Afastamento remunerado por violência doméstica: o que muda na aplicação da Lei Maria da Penha](#)

Consultor Jurídico - 22/10/2026

A possibilidade de se afastar do trabalho sem perder a fonte de renda é uma conquista importante para mulheres que vivem situações de violência doméstica. Em outubro de 2026, o governo federal avançou na regulamentação desse direito, previsto na Lei Maria da Penha, ao definir como será realizado o pagamento durante o afastamento de até seis meses determinado judicialmente. A medida responde a uma questão que, por anos, permaneceu sem uma solução suficientemente clara: como garantir que uma mulher possa se proteger sem comprometer a própria subsistência?

[Submeter trabalhadora a revista íntima vexatória gera dever de indenizar](#)

Consultor Jurídico - 22/10/2026

A 8ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) condenou uma empresa de logística e transporte rodoviário a pagar uma indenização por danos morais a uma empregada que era submetida à revista íntima de forma vexatória. Em razão do não comparecimento à audiência, a companhia foi considerada revel e confessa quanto aos fatos alegados pela trabalhadora.

[A escala 6x1 acabou. Mas o sexto dia de trabalho também?](#)

Consultor Jurídico - 22/10/2026

A promulgação da Emenda Constitucional nº 141, em 16 de outubro de 2026, encerrou

RADAR TRABALHISTA

a tramitação da reforma que retira da escala 6x1 o status de padrão de organização do trabalho no país. A emenda assegura dois dias de repouso semanal remunerado, sem redução salarial, e reduz a jornada máxima em duas etapas: 42 horas semanais dois meses após a publicação e 40 horas um ano depois. O direito aos dois dias de descanso também passa a valer ao fim dos dois primeiros meses.

[A PEC do fim da escala 6x1 é inconstitucional](#)

Consultor Jurídico - 21/10/2026

A afirmação é contundente, sobretudo após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019 pelo plenário do Senado, na madrugada de 15 de outubro de 2026. A redação aprovada, contudo, suscita uma questão jurídica relevante: a redução da jornada semanal para 42 horas, combinada com a garantia de dois repouso semanais remunerados, é compatível com o limite constitucional de oito horas diárias de trabalho?

[Entre Momo e fim da escala 6x1: Constituição e direito ao tempo de vida](#)

Consultor Jurídico - 21/10/2026

O novo § 2º do artigo 7º admite, excepcionalmente, que convenção ou acordo coletivo estabeleça regime compensatório que assegure, dentro do mês-calendário, a média de dois dias de repouso semanal remunerado. Exige, ainda, o gozo de pelo menos um desses dias dentro do período máximo de uma semana de trabalho. O dispositivo alcança também trabalhadores submetidos a regimes diferenciados.

[Redução salarial de hypersuficiente deve seguir condições de contratos coletivos](#)

Consultor Jurídico - 21/10/2026

A redução salarial por acordo individual firmado com um empregado hypersuficiente — aquele que tem diploma de nível superior e recebe salário mensal igual ou maior a duas

RADAR TRABALHISTA

vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) — deve seguir as mesmas condições previstas nos contratos coletivos.

[Prometer e cancelar contratação sem justificativa plausível gera danos morais](#)

Consultor Jurídico - 20/10/2026

A 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) reconheceu, por unanimidade, o direito de uma trabalhadora à indenização por danos morais ao concluir que uma empresa gerou uma legítima expectativa de contratação e, poucos dias antes da data prevista para o início das atividades, cancelou a admissão sem uma justificativa plausível.

[Tema 274 do TST: proteção previdenciária não exige contrato de trabalho sem prazo para terminar](#)

Consultor Jurídico - 20/10/2026

A aposentadoria por incapacidade permanente deve proteger quem não pode trabalhar. O que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) deverá definir, no julgamento do Tema 274, é se essa proteção exige também que a empresa permaneça indefinidamente vinculada a um contrato de trabalho suspenso, mesmo quando a própria legislação previdenciária deixa de exigir a reavaliação periódica do segurado (artigo 101, §1º, incisos I e II, da Lei 8.213/91).

[TST preserva gratificação, mas exclui período pós-reforma do cálculo](#)

Migalhas - 22/10/2026

Trabalhadora que recebeu gratificações de função até julho de 2021 terá o valor incorporado à remuneração calculado pela média dos dez anos anteriores à reforma trabalhista de 2017. Nesta quinta-feira, 22, a SDI-1 do TST entendeu que o direito de manter a parcela

RADAR TRABALHISTA

não permite incluir nesse cálculo as funções exercidas após a mudança na lei, que passou a proibir a incorporação.

[Empresa indenizará trabalhadora que ficou dois meses sem salário](#)

Migalhas - 22/10/2026

Empresa foi condenada ao pagamento de R\$ 5 mil por danos morais a trabalhadora que ficou dois meses sem receber salários e não teve o 13º salário quitado. Para o juiz do Trabalho substituto Fernando Rodrigues Carvalho, da CON2 de São José do Rio Preto/SP, a falta de pagamento, somada ao fechamento abrupto da empresa, comprometeu a subsistência da empregada e atingiu sua dignidade.

[Fim da escala 6x1 exige revisão de custos e contratos, aponta especialista](#)

Migalhas - 21/10/2026

A PEC 221/19, que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, foi aprovada pelo Senado em 14/10 e promulgada em 16/10, com redução gradual para 42 horas em 60 dias e 40 horas após 14 meses. Para Mariana Brassaloti Ronco, especialista em Direito Trabalhista e sócia do Martinelli Advogados, a mudança exigirá revisão das estruturas operacionais e trabalhistas e afetará escalas, custos, contratos terceirizados e negociações coletivas, exigindo planejamento antecipado.

[Fim da escala 6x1: especialista alerta para riscos trabalhistas](#)

Migalhas - 20/10/2026

O Senado aprovou, em 14/10, por 75 votos a 1, a PEC que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial. A transição ocorrerá em duas etapas: após 60 dias da promulgação, passa a valer a escala 5x2 e o limite de 42 horas semanais; 12 meses depois, a jornada cai para 40 horas. Segundo o Dieese, cerca de 26,8 milhões de trabalhadores serão beneficiados.

RADAR TRABALHISTA

[Com 4,7 milhões de processos contra INSS, CNJ propõe medidas](#)

Migalhas - 20/10/2026

O plenário do CNJ iniciou, nesta terça-feira, 20, a análise de uma proposta para reduzir a judicialização de demandas previdenciárias e assistenciais no país. A iniciativa busca enfrentar um cenário de mais de 4,7 milhões de processos pendentes contra o INSS e prevê medidas para acelerar o julgamento de ações antigas, estimular a solução consensual de conflitos e melhorar a integração entre o Judiciário e os órgãos responsáveis pela concessão de benefícios.

[TST: Dispensa após licença por fibromialgia gera pagamento em dobro](#)

Migalhas - 20/10/2026

O TST manteve a condenação de uma imobiliária ao pagamento em dobro da remuneração de uma supervisora dispensada após afastamentos por fibromialgia. A 3ª turma entendeu que, sem reintegração, a indenização por dispensa discriminatória abrange o período entre o desligamento e a publicação da primeira decisão judicial que reconhece a discriminação.

[TRT-4: Empregado agredido a socos por chefe terá rescisão indireta e indenização](#)

Migalhas - 19/10/2026

A 2ª turma do TRT da 4ª região reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho de operador de máquinas que pediu demissão após ser agredido fisicamente por seu superior hierárquico. Por maioria, o colegiado entendeu que a violência sofrida e a falta de amparo da empregadora comprometeram a manifestação de vontade do trabalhador, tornando inválido o pedido de desligamento.

[TRT-2 nega bloqueio de Pix e cartões de devedor sem indícios de ocultação de bens](#)

RADAR TRABALHISTA

Migalhas - 19/10/2026

A 1ª turma do TRT da 2ª região negou o pedido de um trabalhador para bloquear cartões de crédito, chaves Pix e movimentações em contas digitais de devedores em execução trabalhista. Sem indícios de ocultação patrimonial, as restrições foram consideradas meramente punitivas, sem demonstrar utilidade para o pagamento da dívida.

[Anamt defende exame ocupacional presencial e reforça limites da telemedicina](#)

Revista Proteção - 23/10/2026

A Anamt (Associação Nacional de Medicina do Trabalho) divulgou uma [nota técnica](#) jurídica para esclarecer seu posicionamento sobre o uso da telemedicina nos exames médicos ocupacionais e na emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). A entidade sustenta que o atendimento remoto não substitui o exame clínico presencial do trabalhador quando essa avaliação é exigida pela legislação

[Brasil registra 35 denúncias de assédio eleitoral no trabalho por dia em outubro](#)

Revista Proteção - 22/10/2026

O Brasil registrou 663 denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho entre os dias 1º e 19 de outubro de 2026, uma média de 35 registros por dia. Os dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) foram divulgados pelo g1.

[OIT reforça revisão de normas internacionais do trabalho após dez anos de diálogo](#)

Revista Proteção - 22/10/2026

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) completou uma década de atuação do Grupo de Trabalho Tripartite do Mecanismo de Revisão de Normas, iniciativa voltada à avaliação e à atualização das normas internacionais do trabalho diante das transformações no mundo laboral.

RADAR TRABALHISTA

[Guia reúne orientações para o uso seguro de andaimes](#)

Revista Proteção - 21/10/2026

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL) disponibilizou o [Guia Prático para Uso Seguro de Andaimes](#), documento que reúne recomendações para prevenir acidentes durante a montagem, a utilização e a desmontagem dessas estruturas na construção civil.

[Estudo identifica mais de 102 mil notificações de LER/DORT no Brasil em 15 anos](#)

Revista Proteção - 21/10/2026

O Brasil registrou 102.986 notificações de lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT) entre 2007 e 2021. Os dados são discutidos em um novo episódio do ANAMT Express, podcast da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), que aborda o cenário epidemiológico desses agravos e os desafios para sua prevenção.

[CBIC participa de Mesa Nacional de Diálogo para a Promoção do Trabalho Decente na Indústria da Construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 21/10/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) vai integrar a Mesa Nacional de Diálogo para a Promoção do Trabalho Decente na Indústria da Construção, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A iniciativa reúne representantes do governo, de empregadores e de trabalhadores para promover boas práticas trabalhistas, prevenir conflitos nas relações de trabalho e contribuir para a melhorias no setor.

[Seconci-Rio alerta que prevenção do câncer de mama vai além da mamografia](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 21/10/2026

RADAR TRABALHISTA

O mês de outubro é marcado pelo Outubro Rosa, movimento de conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, o tipo mais comum entre as mulheres brasileiras, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca). Para a gerente de Saúde do Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio), Gil-da Maria, a informação e o acompanhamento médico são fundamentais para a identificação precoce da doença.

[CBIC alerta empresas sobre impactos do fim da escala 6x1 nos contratos de obras públicas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/10/2026

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019 pelo Senado Federal exige atenção das empresas da construção e de infraestrutura que atuam em obras públicas. Em alerta divulgado em 15 de outubro, a Comissão de Infraestrutura (COINFRA) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) orienta o setor sobre os efeitos da redução da jornada de trabalho nos contratos em andamento, na formação de preços de novas licitações e nos orçamentos de referência da administração pública.

RADAR TRABALHISTA

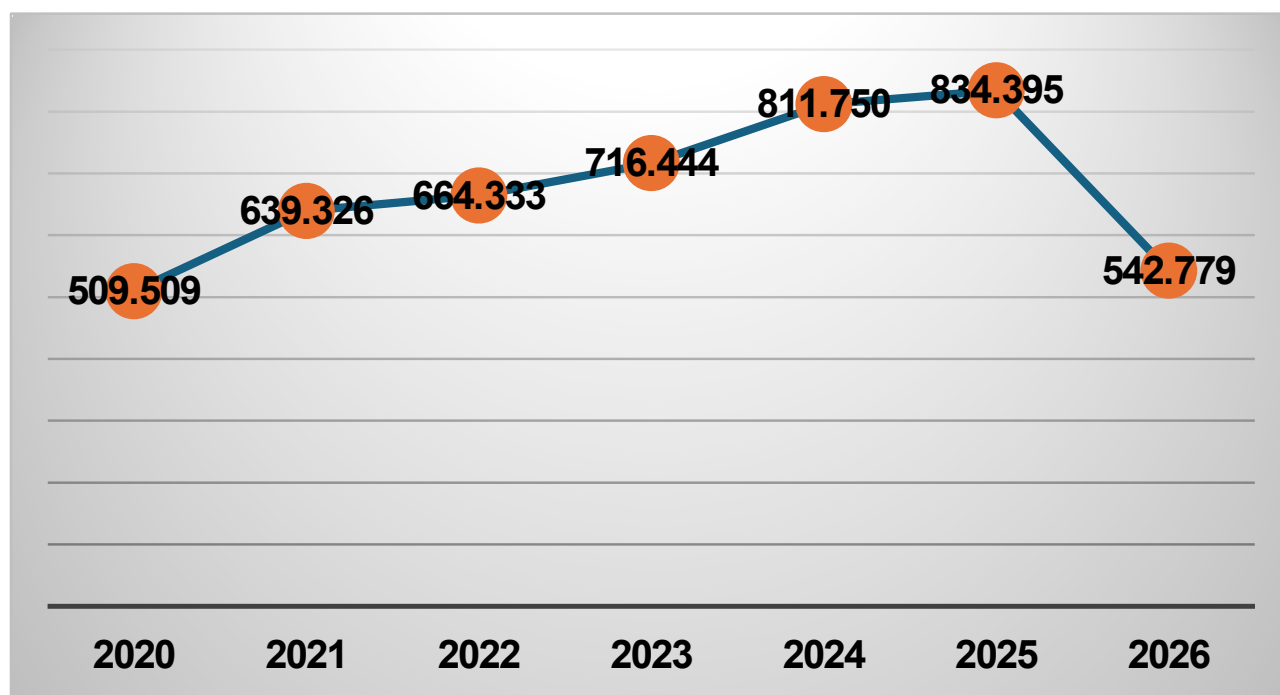
Atos Normativos

[ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 84, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026](#) (DOU de 19/10/26 Seção I Extra Pág. 03) - Institui código de receita para recolhimento da contribuição previdenciária de que trata o art. 43 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Conciliações Homogadas na Justiça do Trabalho até agosto de 2026 (1ª e 2ª Instância):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Eduardo Aroeira Almeida

Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

David de Oliveira Fratel

Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico